

HISTÓRIA E JORNALISMO NO TEMPO PRESENTE: apontamentos teóricos e metodológicos

Pablo Silva
Pimentel

Doutorando em História
Pela Universidade Federal do
Paraná (UFPR).

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

Este artigo tem por objetivo propor reflexões teóricas e metodológicas sobre as interações entre a história disciplinar e as práticas jornalísticas no tempo presente. O trabalho problematiza a operação historiográfica num contexto em que o jornalismo tem atuado na produção de “narrativas historicizantes”. Em diálogo com diversos autores, são discutidas estratégias metodológicas que possam auxiliar historiadores e historiadoras na interpretação das narrativas jornalísticas, desnaturalizando seu discurso como representante do interesse público, função essa desempenhada de acordo com as premissas da objetividade e neutralidade. Porém ressalta-se a importância da história disciplinar em renunciar a pretensão ao domínio do passado e que se abra às diversas temporalidades. Para tanto, as premissas epistemológicas da História do Tempo Presente podem fornecer novas perspectivas para a operação historiográfica, reintegrando este tempo ao território do historiador e reposicionando seu ofício para melhor analisar o papel dos jornais enquanto atores políticos relevantes nas sociedades contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE

Operação historiográfica; Tempo presente; Discurso jornalístico.

Introdução

Em junho de 2016, a democracia brasileira atravessava por uma grave crise institucional. Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a Presidência da República, estava reclusa no Palácio da Alvorada já afastada de suas funções pelo processo de impeachment em curso à época. Nesse período, um grupo de historiadores e historiadoras lançou um manifesto que denunciava a articulação de um golpe contra a democracia através do processo de deposição da então presidenta Dilma. Esse manifesto político e a produção historiográfica desse grupo – chamado de Historiadores pela Democracia – causou um frisson no debate público e provocou algumas reações enérgicas em jornais de grande circulação nacional.

Em editorial publicado no dia 14 de junho, *O Estado de S. Paulo* criticou esse movimento afirmando que

... na melhor tradição dos intelectuais a serviço de partidos que se dizem revolucionários, eles prestaram homenagem não a Dilma – mera figurante dessa história e certamente detestada por muitos dos convidados –, mas sim ao lulopetismo, que lhes franqueou espaço privilegiado ao longo da última década. [...] Em troca do serviço prestado aos políticos, os intelectuais bajuladores do poder teriam a glória de ditar os termos da história, pregando o rótulo de “fascistas” nos colegas que ousassem denunciar o engodo do lulopetismo, isolando-os nas universidades como se fossem doentes cujo contato se deveria evitar. [...] Agora, com a história a lhes escorrer por entre os dedos, os “Historiadores pela Democracia” e seus congêneres, incapazes de aceitar a democracia, representada pelo respeito à Constituição, ainda tentam desesperadamente fazer prevalecer a tese da conspiração.¹

Ao acusar um grupo diverso de historiadores e historiadoras de estar a serviço de um suposto projeto autoritário, antidemocrático e corrupto – chamado pelo Estadão de “lulopetismo”² –, o jornal, curiosamente, tenta elaborar um conceito sobre a história e como ela deveria ser produzida de acordo com sua opinião institucional.

Alguns historiadores brasileiros, cujo ofício é o de reconstituir o passado para entender o que somos no presente, estão com pressa de antecipar a história que será escrita no futuro. ‘Sabemos que está em disputa, na sociedade, na mídia e no governo interino, a narrativa desse evento’, diz o manifesto desses historiadores, sem esconder, portanto, a intenção de moldar, desde já, a interpretação desse período no futuro. [...] Isso não é história, é má-fé.³

No texto, o jornal paulista se utiliza da sua atribuição própria de defensor do interesse público para definir o que é história e qual deveria ser o ofício do historiador. Em sua definição, o *Estadão* parece entender que não pode existir produção historiográfica sobre tempo presente. No caso, apenas aos jornais caberia “produz[ir] um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de

1 “O lugar de Dilma na história”. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2016, p. 3.

2 O projeto de pesquisa em andamento tem por objetivo compreender melhor as narrativas que se relacionam à utilização do termo “lulopetismo” pelos editoriais desses grandes jornais brasileiros: *O Globo* e *O Estadão*.

3 “O lugar de Dilma na história”. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2016, p. 3.

prismas”.⁴ É possível perceber que a peça editorial do periódico – mobilizando o discurso que remete ao jornalismo como um “quarto poder” nas democracias – busca impor um consenso sobre o mundo social a partir de um “efeito de autoridade”.⁵ Desta maneira, na opinião institucional da empresa jornalística, aos jornais competiria a “verdade sobre os fatos” contemporâneos e aos historiadores caberia apenas “indagar” e “reconstituir” o passado tal qual ele foi e não participar da produção (ou disputa) da memória sobre o presente. A partir dessa ilustração, é possível perceber os elementos discursivos mobilizados pelo periódico e que orientam sua definição tanto do papel do jornalismo, quanto da história disciplinar.

Contudo, uma operação historiográfica sobre o tempo presente afetaria a integridade e idoneidade do trabalho de historiadores como parece sugerir o jornal em questão? Como a tomada de posição dos historiadores ao realizar suas pesquisas se relaciona à demanda social de nosso tempo? Pensando especificamente sobre o jornalismo como objeto e fonte de estudo da história, sobre quais linhas teórico-metodológicas podemos pensar a atuação das empresas jornalísticas como atores políticos?

A partir desses questionamentos, este artigo pretende refletir sobre as metodologias da produção historiográfica que tem no jornalismo seu objeto/fonte de estudo e a tomada de posição na escritura da história sobre o presente frente à pretensão das empresas jornalísticas – através de um discurso de autoridade – de atuarem como produtores do primeiro conhecimento sobre acontecimentos. Na primeira seção, proponho um diálogo com pesquisadores e pesquisadoras que mobilizam referenciais teóricos e metodológicos que buscam desnaturalizar o discurso jornalístico sobre seu papel nas democracias. Logo depois, trabalho as relações e interações da história disciplinar com o jornalismo, principalmente a partir do tempo presente. Por último, busco sustentar como as premissas epistemológicas e metodológicas da História do Tempo Presente podem auxiliar historiadores e historiadoras em suas pesquisas sobre o campo jornalístico.

A naturalização do discurso jornalístico

A partir do início do século XX, empresas jornalísticas dos Estados Unidos passaram a aderir a um discurso de que a prática do jornalismo tinha por objetivos a representação do interesse público e a fiscalização dos poderes. Sendo assim, o produto jornalístico deveria ser um reflexo da realidade social. Os jornais passaram a utilizar a metáfora do “espelho” para representar o produto de sua prática profissional. A ideia de que o jornalista exerceria um papel de *gatekeeper* – ao decidir que informação deveria ser (ou não ser) noticiada – favoreceu esse discurso (denominado de modelo liberal) que avaliza a função pública a ser realizada pelos jornalistas nas democracias. A prática de uma pretensa neutralidade e da objetividade no ofício jornalístico definem o discurso de autolegitimação

4 “Princípios editoriais do Grupo Globo”(2011). <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#definicao-do-jornalismo> acesso em 29 mar. 2022.

5 Pierre Bourdieu, A economia das trocas linguística: o que falar quer dizer, São Paulo, Edusp, 2008, p. 82.

das empresas jornalísticas que incumbem a si mesmas o exercício da função *watchdog* ou de um quarto poder nas democracias liberais.

Contudo, concordando com Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, tomar a imparcialidade como um valor de referência colabora para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e, conseqüentemente, dificulta a identificação de suas características.⁶ Nesse sentido, não há como o jornalismo ser porta-voz imparcial do interesse público, pois o processo de produção de enunciados e seus efeitos de sentido interferem nas relações sociais. Ainda assim, esse discurso autolegitimador é disseminado em várias áreas do jornalismo comercial brasileiro, da formação até ao código de ética do jornalista.⁷

Miguel afirma que nas sociedades contemporâneas os *media* influenciam na difusão de discursos e de representações simbólicas do mundo social.⁸ Desta forma, o jornalismo seria fonte de uma parte significativa das informações de que os cidadãos dispõem para apreender realidades. Ainda nesse sentido, Roger Chartier, em *A História Cultural: entre prática e representações*, afirma que:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.⁹

Essa noção de reconstrução discursiva do mundo que marca o conceito de representações de Chartier é fundamental como instrumento teórico-metodológico, pois permite a apreensão da internalização das lutas pelo poder de um campo – que é denominado *de habitus* – a partir do arcabouço teórico de Pierre Bourdieu. O conceito de *habitus* pode ser compreendido como “princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ [...] sem que se tenha necessidade da projeção consciente desse fim”.¹⁰ Em outras palavras, o *habitus* seria a interiorização das regras e práticas do próprio campo aos agentes.

Dentro dessa perspectiva, são as especificidades das rotinas, critérios e regras internalizadas que moldam e elaboram o produto jornalístico. Robert Darnton, em *O beijo de Lamourette*, já sugeria a importância de observar como as normas e práticas internas de uma redação formulam o produto jornalístico que adquire “[...] forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias”.¹¹ Dentro desse quadro teórico, o campo jornalístico naturaliza e universaliza seu discurso e sua prática a partir de suas próprias lentes, fruto de seu *habitus*. Em outras palavras, o jornalismo produz um mundo para o leitor a partir da internalização de seu próprio papel nas sociedades contemporâneas. O conceito de

6 Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, “A Produção da Imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25, 73 (2010), p. 74.

7 Wilson Gomes, *Jornalismo, Fato e Interesses: ensaios de teoria do Jornalismo*, Florianópolis, Insular, 2009, p. 25.

8 Luis Felipe Miguel, “Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 51 (2003), p. 132.

9 Roger Chartier, *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990, p. 17.

10 Pierre Bourdieu, *Él sentido práctico*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007, p. 86.

11 Robert Darnton, *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 95

representações é fundamental porque é a partir dele que o pesquisador crítico consegue apreender a exteriorização da interiorização (*habitus*) simbólica das lutas entre os agentes do campo jornalístico.

Ao explicar que tais representações construídas não são neutras, Chartier afirma que as lutas por elas são significativas, pois é a partir delas que se pretende legitimar uma visão de mundo.¹² A partir dessas linhas teórico-metodológicas apresentadas, sustento que a imprensa tem um papel ativo no processo de comunicação política expressando suas próprias visões e opiniões. Desta forma, as empresas jornalísticas são, de fato, atores políticos. É a partir da compreensão de que o discurso jornalístico permite que a atuação política das empresas jornalísticas seja naturalizada que podemos nos debruçar sobre as narrativas do jornalismo, conversando com metodologias que nos permitam a compreensão não só das narrativas como das particularidades da empresa jornalística que as engendra.

Jornalismo e História

No clássico texto “O retorno do fato”, Pierre Nora já afirmava que era aos meios de comunicação que se devia “... o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. [...] é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar”.¹³ O autor problematiza, como consequência desse monopólio, o desconforto do historiador frente à atuação dos jornais nas sociedades contemporâneas que transformaram “o imediato ao histórico” através da manipulação do real e do espetacular.

Dialogando com Nora, a historiadora Sônia Meneses – no texto “História e Mídia: as apropriações do passado numa escrita de fronteira” – nomeia a operação dos jornais no engendramento de acontecimentos e de conteúdos históricos como uma “operação midiográfica”, ou seja, “ao operar com categorias temporais de modo narrativo, essa intervenção estabelece, no momento dessas ocorrências, um conjunto de significados que agregam densidade aos acontecimentos divulgados em suas redes”.¹⁴ Jean-Pierre Rioux também afirma que após os anos sessenta “o exame da atualidade [pelos jornalistas] tornou-se uma crônica durável, tomou uma textura e uma espessura que o aproximam mais de um produto histórico”.¹⁵

Comentando esse processo de adensamento dos acontecimentos mediados pelos jornais, Meneses ainda sustenta que os elementos norteadores das narrativas jornalísticas são atravessados por duas temporalidades: uma mais imediata – no momento da elaboração e da escrita de um acontecimento (tornando-o público) – e outra mais longa que monumentaliza o acontecimento e o inscreve como “histórico” ou digno de ser lembrado. Por isso, a autora reforça que tais narrativas são

12 Chartier, *A História Cultural*, p. 17.

13 Pierre Nora, “O Retorno do Fato”, in: Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 181.

14 Sônia Meneses, “História e Mídia: as apropriações do passado numa escrita de fronteira”, in: Tiago Siqueira Reis, et al. (org.) *Coleção história do tempo presente: volume 1*. Boa Vista, Editora da UFRR, 2019, p. 65.

15 Jean-Pierre Rioux, “Entre História e Jornalismo”, in: Agnès Chauveau e Philippe Tétart, *Questões para a história do presente*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 123.

historicizantes e estruturadoras do tempo histórico.

Voltando ao texto “O retorno do fato”, o historiador afirmava que essa nova realidade operada pelos *media* propunha novos problemas ao campo da História. Apesar de apontar certo desconforto dos historiadores frente à atuação dos jornais que lhe tirara o domínio da produção das narrativas históricas, Nora sustenta que o historiador ainda estaria em um lugar privilegiado para compreender o duplo sistema que marca a narrativa do fato: o formal e o de significação do real.

Contudo, a utilização de jornais como fontes/objetos despertava um olhar desconfiado dos historiadores brasileiros até os anos setenta. Autora referência das pesquisas históricas sobre o jornalismo, Maria Helena Capelato afirma que até a metade do século XX, “[...] os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”.¹⁶ As duas abordagens antagônicas dificultavam a inserção do jornalismo como objeto da análise historiográfica, pois impediam uma metodologia crítica sobre os jornais. Capelato usa um trecho da obra de José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil* (1968), como exemplo dessa descrença sobre o jornalismo como fonte histórica: “O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros”.¹⁷ Sem dúvida, o advento da Nova História Cultural abriu um leque de possibilidades de novas abordagens, fontes e objetos para o ofício do historiador, fazendo com que estudos sobre o jornalismo começassem a ganhar terreno. No Brasil, é a partir da década de 1970 que pesquisas históricas sobre o jornalismo começam a se ampliar.

Ao pensar na contribuição do campo da história para os estudos sobre o jornalismo brasileiro, Marialva Barbosa sustenta que é fundamental historicizar a atuação das empresas jornalísticas. A historiadora critica os estudos que analisam a atuação e efeitos da prática jornalística de forma “deshistoricizada” ao promover generalizações dos achados, sem considerar que cada “[...] espaço social possui uma conformidade histórica e uma trajetória particular”.¹⁸ Tânia Regina de Luca contribui para esta discussão afirmando que historicizar as fontes jornalísticas requer reconstruir as condições técnicas de produção vigentes, bem como inquirir sobre a sua ligação com os poderes e interesses econômicos em determinados períodos.¹⁹ É por isso que Barbosa ressalta a importância de pensar a atuação dos jornais tomando como pressuposto a opção de reconstruí-la e interpretá-la, para lhe conferir um sentido presumido numa dimensão espaço-temporal.²⁰

Dialogando com essas assertivas, Sônia Meneses faz uma importante ressalva ao afirmar que mesmo com diversas abordagens, as perguntas de pesquisa ainda não problematizavam a produção jornalística como o “resultado de um conjunto de formuladores de sentidos que interferiam profundamente em suas apropriações e seus modos de dizer o mundo”.²¹ É a partir dessa proposição que podemos afirmar que no engendramento das narrativas jornalísticas o que está em jogo é a distribuição de poder, ou, utilizando o arcabouço teórico de Bourdieu, a disputa por um poder simbólico “[...] de

16 Maria Helena Capelato, *A imprensa na História do Brasil*, São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988, p. 21

17 Capelato, *A imprensa na História do Brasil*, p. 20.

18 Marialva Barbosa, “Imprensa e poder no Brasil pós-1930”. Em *Questão*, v. 12, n. 2, (2006), p. 218.

19 Tânia Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in: Carla Pinsky, *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 132, 140.

20 Barbosa, “Imprensa e poder no Brasil pós-1930”, p. 218.

21 Meneses, “História e Mídia”, p. 65.

constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”.²² Historicizar a elaboração dessa produção jornalística – tanto na seção noticiosa quanto na seção editorial – e compreender seus mecanismos de formulação de sentidos é fundamental, pois tal abordagem faz emergir o jornal como ator político e sujeito histórico que costuma escamotear sua mediação e atuação política.

A partir dessa perspectiva, é possível promover um tratamento das fontes com profundidade, compreendendo, isolando, agrupando, inter-relacionando os elementos que nelas estão contidas. Benetti afirma que “[...] o texto é uma materialidade discursiva em potência, que se concretiza ao produzir sentidos por um sujeito que o enuncia ou o interpreta”,²³ nesse sentido, compreender os elementos estruturais da narrativa jornalística é essencial, pois a partir dos enunciados narrativos é que são produzidas as significações e os sentidos dos acontecimentos.

Motta afirma que as narrativas engendradas pelo jornalismo geram, através de recursos lingüísticos e extra lingüísticos, “efeitos de sentido emocionais [e] remetem os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia, etc. [...] Eles promovem a identificação do leitor com o narrado”.²⁴ O autor sustenta que os jornalistas sabem como utilizar do discurso narrativo com astúcia e profissionalismo para causar efeitos de sentido, uma vez que, em seu ofício, estão habituados com a noção de que “[...] os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, constroem temporalmente suas experiências”.²⁵

A partir da discussão teórica sobre as narrativas, alguns elementos precisam ser observados ao se debruçar sobre a sua construção pelos jornais. Em primeiro lugar, é fundamental identificar uma serialidade temática, conectando partes ou episódios (unidades narrativas), desvelando o encadeamento narrativo cronológico para compreender a síntese do tema da narrativa. Por essa perspectiva, é possível identificar as singularidades e a distinção na forma como os jornais elaboraram suas narrativas.

Em segundo lugar, como já sugerido por Ricoeur, a intriga é o que opera a mediação dos pressupostos do sujeito que narra ao leitor que é chamado à ação.²⁶ Nesse sentido, no processo de identificação da intriga da narrativa, é importante observar a atribuição dos papéis aos personagens da trama, ou seja, quem são os protagonistas e os antagonistas que estão entrelaçados na narrativa.

Como terceiro ponto, é preciso observar as estratégias textuais próprias do discurso jornalístico que intencionam provocar o “efeito de real”. Em outras palavras, importa discernir os recursos lingüísticos operacionados pelo narrador jornalístico problematizando a “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”.²⁷ De acordo com Motta, “a retórica jornalística trata de dissimular as estratégias narrativas. [...] Utiliza recursos de

22 Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 14.

23 Márcia Benetti “Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação”, in: *Pesquisa em comunicação*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016, p. 236.

24 Luiz Gonzaga Motta, “A análise pragmática da narrativa jornalística”, in: *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, São Paulo, Intercom, 2005, p. 11.

25 Motta, “A análise pragmática da narrativa jornalística”, p. 2.

26 Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*, Volume I, Campinas, Papyrus, 2010, p. 114-115.

27 Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, p. 139.

linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação”.²⁸ Por isso, como já afirmamos, a análise das narrativas revela o sujeito que as engendra, auxiliando, então, a desvendar o papel do jornal como sujeito histórico e ator político/social ao elaborá-las. O autor reforça que a narrativa jornalística é fortemente determinada por um fundo ético ou moral, por mais que se apresente como objetiva. Ainda a partir dessa perspectiva, Hayden White afirma que os eventos que são registrados na narrativa parecem reais na medida em que pertencem a uma ordem de existência moral. Ou seja, “onde, em qualquer relato da realidade, a narratividade está presente, podemos ter certeza de que a moralidade ou um impulso moralizante também está presente”.²⁹

Para finalizar, é importante lembrar que toda narrativa, por mais que pareça completa e acabada, é construída com base em conjuntos de eventos que poderiam ter sido incluídos, mas foram deixados de fora. Por isso, pesquisadores que utilizam a abordagem teórico-discursiva estão preocupados com a forma que, dentro de um contexto histórico, diferentes elementos de um discurso são reunidos. Luiz Costa Lima afirma que “a ordem do discurso é um fato social que visa institucionalizar certas formas de indagação, de reflexão e mesmo de expressão; o que implica diretamente expulsar e mesmo interditar outras”.³⁰ Da mesma forma, Foucault sustenta que a análise do campo discursivo visa compreender o enunciado determinando as condições de sua existência, estabelecendo sua correlação com outros enunciados e demonstrando que outras formas de enunciação são excluídas.³¹ Nesse sentido, reafirmamos a importância da análise das narrativas jornalísticas não como “documentos” sobre as quais obtemos respostas e lições e sim como “monumentos”, uma construção histórica e ideológica.

Operação historiográfica e o tempo presente

A partir desse quadro metodológico que desnaturaliza o discurso jornalístico e a elaboração de suas narrativas revelando o sujeito histórico e o ator político que as engendra, é fundamental que o trabalho historiográfico também renuncie a qualquer pretensão ao domínio da história, ou seja, do discurso de ser a única disciplina autorizada a escrever sobre o passado (ou somente sobre ele) e, ao mesmo tempo, desconstrua o discurso do cientificismo ou da objetividade histórica através do método. Essa renúncia é fulcral tanto para diversificação das próprias análises historiográficas – ao promover pesquisas em diálogo com outros saberes – quanto para conferir transparência e relevância para os estudos históricos, principalmente em nosso tempo presente.

O conceito de história definido pelo editorial do *Estadão* que apresentei na introdução deste artigo nos ajuda a entender a armadilha discursiva do jornal: a de circunscrever a operação historiográfica a uma “reconstituição fiel” do passado e, ao mesmo tempo, obrigá-la a se enclausurar

28 Motta, “A análise pragmática da narrativa jornalística”, p. 8.

29 Hayden White, “The value of narrative in the representation of reality”, *Critical Inquiry*, 7, 1 (1981), p. 26.

30 Luiz Costa Lima, *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*, Rocco, 1989, p. 90.

31 Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

nesse tempo histórico. Em outras palavras, existe uma ideia de reduzir o trabalho de historiadores a uma inalcançável – e, portanto, irrelevante – tentativa de apreender a história tal qual aconteceu e, conseqüentemente, evitar o impacto político de uma produção historiográfica sobre o presente, inclusive sobre a atuação das empresas jornalísticas.

Caroline Bauer afirma que “a História, enquanto disciplina, não tem essa atribuição, tampouco os historiadores possuem prerrogativas jurídicas e morais para ‘fixar a justa memória dos acontecimentos [...]’”.³² Desta forma, os historiadores e historiadoras “não detêm o monopólio do discurso sobre o passado, suas análises são apenas mais uma narrativa entre todas as existentes e em circulação sobre os eventos da história recente”.³³ Ainda assim, muitos escritores reiteram, num processo de autodefesa, uma promoção dos limites, cânones e regras tradicionais legitimados pelo campo da história para delimitar a especificidade da disciplina, acusando outras narrativas não comprometidas com suas bases epistemológicas de realizarem pesquisas sem objetividade histórica, num evidente argumento de autoridade.

François Dosse confronta essa assertiva afirmando que

O historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente ‘fechar’ os registros históricos. [...] O historiador é convidado a uma nova abordagem, este que tinha a tendência de rebaixar todos os fenômenos históricos nos sistemas de causa, vai de agora em diante ser mais atento não apenas a certa indeterminação dos fatos, mas à importância maior de seus traços.³⁴

Nesse processo de renúncia de um discurso cientificista que reivindica o domínio da história, o diálogo com os pressupostos epistemológicos e metodológicos da História do Tempo Presente se faz relevante. Essa abordagem metodológica faz com que, de acordo com Dosse, a história não seja simplesmente “um jogo de espelhos” – em outras palavras, um reflexo da realidade como o discurso liberal jornalístico tem reivindicado –, e sim um jogo de lacunas em um “entre-dois não estabilizado”.³⁵

Nessa abordagem, os historiadores e as historiadoras que lidam com problemáticas do presente precisam trabalhar de forma interdisciplinar com pesquisadores de diversas áreas para realizar suas pesquisas, como os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, psicanalistas, críticos literários. Por exemplo, grande parte dos trabalhos sobre a atual crise da democracia brasileira a partir do papel das empresas jornalísticas tem sido realizada por pesquisadores do campo da Comunicação e da Ciência Política. Trabalhando de forma interdisciplinar a outros campos, é fundamental que o olhar do historiador se lance aos processos políticos recentes promovendo a ampliação e diversificação das análises, ainda mais num tempo marcado pelo que François Hartog denomina como uma crise do

32 Carolina Bauer, “O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça”. *Aedos*, 12, 5 (2013), p. 19.

33 Bauer, “O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça”, p. 19.

34 François Dosse, “História do tempo presente e historiografia”, *Tempo e Argumento*, 4, 1 (2012), p. 11-12.

35 Dosse, “História do tempo presente e historiografia”, p. 13-14.

regime de historicidade.³⁶

Vivemos num contexto em que há uma mudança da relação social com tempo, em que o presente deixou de ser visto como uma lacuna entre o passado e o futuro para ser o espaço de busca de sentido, produção de memórias em que passados continuam a influenciar comportamentos – tornando-se um presente ampliado. Dosse sustenta que “a busca por sentido deslocou a atenção para a ação no momento de sua realização. Isto colocou foco sobre o presente como detector de sentido [...]”.³⁷ A abordagem de uma história do tempo presente tem o mérito de desfatalizar o sentido dos movimentos dos atores políticos e sociais, ou seja, passamos a reavaliar as contingências, as possibilidades e a pluralidade das escolhas possíveis desses atores. Arthur Ávila corrobora essa assertiva reivindicando que “precisamos de Histórias que se abram a realidade da vida e que nos ajudem na perturbação das certezas que querem nos provar que o presente é exatamente como deveria ser”.³⁸

A partir dessa mudança na forma como observamos o tempo e como tornamos o presente um lugar da atribuição de sentidos atravessados por diversas temporalidades, Ávila – numa reflexão sobre as normas e cânones que regulam o ofício historiográfico – questiona sobre “[...] o sentido de se postular uma ‘distância’ entre passado e presente quando, para diversos grupos e coletividades, é quase impossível separar o primeiro do segundo de forma clara e ‘objetiva’”.³⁹ Para o autor, uma história relevante para o tempo presente precisa abandonar a tentativa de domesticar o tempo em nome de uma ordem e aprender a viver com os diversos tempos que habitam a nossa existência.

Porém, seria a reintrodução do presente na órbita da operação historiográfica um perigo metodológico para os historiadores? Roger Chartier responde a esse questionamento com a seguinte afirmação:

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.⁴⁰

É partir desses pressupostos que podemos afirmar que o presente não só passou a ser reintegrado ao território do historiador como também o ofício do historiador passou a ser ressignificado.⁴¹

Sobre esse último ponto, outro mérito epistemológico da história do tempo presente se relaciona a uma reflexão sobre o próprio ato de escrever a história, como ato subjetivo do historiador. Dosse afirma que “conhecer o lugar de enunciação do historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática

36 François Hartog, Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

37 Dosse, “História do tempo presente e historiografia”, p. 12.

38 Arthur Ávila, “O que significa indisciplinar a história?” in: Arthur Ávila, Fernando Nicolazzi, Rodrigo Turin (orgs.), A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico, Vitória, Milfontes, 2019, p. 46.

39 Ávila, “O que significa indisciplinar a história?”, p. 36.

40 Marieta Ferreira, “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*, 94, 3 (2000), p. 10.

41 Christian Delacroix, “A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras”, *Tempo e argumento*, 10, 23 (2018), p. 66.

[...]”⁴² é indispensável para a escrita de uma história do presente. A explicitação do lugar de fala dos historiadores torna mais transparente o seu ofício, bem como suas ferramentas e as mediações que viabilizam sua pesquisa e escrita.

É a partir dessas linhas teórico-metodológicas que passamos a compreender melhor os significados da demanda social que é pedido de historiadores nesta quadra histórica, ou seja, de sua tomada de posição. A própria recusa do domínio do ofício historiográfico, desnaturalizando esse discurso de autoridade para admitir as subjetividades na escritura da história, permite a historiadoras e historiadores o desnudamento de seus lugares sociais e de suas escolhas éticas e políticas. A historiadora Emília Viotti da Costa já afirmava que

A vivência do presente afeta a construção do passado. Ao mesmo tempo, o posicionamento do historiador na sociedade marca os limites de sua visão. Suas experiências definem suas motivações e explicam porquê e para quê ele se debruça sobre a história. [...] a versão que o historiador apresenta do passado, contribui para a preservação ou para a mudança da sociedade. Isso confere ao historiador enorme responsabilidade e requer de todo aquele que se dedica a essa tarefa uma profunda reflexão sobre a natureza dessas relações, a fim de evitar que venha a descobrir tarde demais que tomou a via errada.⁴³

Ávila dialoga com essas premissas ao afirmar que as escolhas de construção do objeto de pesquisa “... são opções políticas, mais do que observações empíricas, sobre a qualidade e a ‘natureza’ do tempo histórico e carregam consigo toda uma série de efeitos igualmente políticos e éticos para nossas práticas”.⁴⁴ Sendo assim, assumindo que a produção de conhecimento não acontece de forma neutra, é fundamental que pesquisadores reconheçam e demonstrem com transparência suas escolhas políticas.

Ao recorrer à história do tempo presente, é fato que a operação historiográfica passa a disputar a narrativa dos acontecimentos, disputa essa que é essencialmente política. O historiador Reinaldo Lindolfo Lohn discute essa tensão da seguinte maneira:

... uma escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política. Mais do que nunca, uma história comprometida e interpelada pelo presente está diante de questionamentos que envolvem a interação entre narrativa histórica e campo político.⁴⁵

Sobre esses questionamentos à operação historiográfica a partir do tempo presente e sua

42 Dosse, “História do tempo presente e historiografia”, p. 11-12.

43 Emília Viotti da Costa, “O historiador e a sociedade”. *Cadernos CEDEM – UNESP*, 1, 1 (2008), p. 8-9.

44 Ávila, “O que significa indisciplinar a história?”, p. 37.

45 Reinaldo Lindolfo Lohn, “Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma história do vivido”, in: Tiago Siqueira Reis, et al. (org.) *Coleção história do tempo presente: volume 1*, Boa Vista, Editora da UFRR, 2019, p. 11.

relação com o campo político, Lohn (2019) afirma que boa parte da polêmica se deve ao fato de se tratar de tempos históricos em disputa política com as próprias testemunhas e objetos de estudo. No caso específico da temática deste artigo, as narrativas historiográficas acabam por disputar politicamente com as narrativas jornalísticas engendradas pelas empresas de comunicação.

Apesar de ainda existir algum desconforto dentro do campo da história, aos poucos a demanda social por um estudo da história do presente tem levado a comunidade de historiadores a rever algumas posições, o que é muito importante para o avanço dos olhares historiográficos. Nesse processo, Dosse afirma que o historiador acaba por desempenhar duas “missões” que ele considera ambivalentes: primeiramente, “o discurso de desmistificação das crenças veiculadas pela memória coletiva para fazer valer um discurso racional”; mas ao mesmo tempo, o “chamado [par]a ajudar a formar a consciência histórica e a memória dos contemporâneos”.⁴⁶

Críticos desses pressupostos apresentados ainda podem argumentar que evidenciar os lugares de enunciação da escrita sobre a história e tornar transparente a tomada de posição para atender a demanda social desse tempo significaria um abandono completo do rigor acadêmico pela manifestação de um simples achismo. Nada mais enganoso. Ávila reitera essa posição e sustenta que

Isto não significa deixarmos de lado o rigor empírico ou teórico, e muito menos abandonarmos por completo o modelo monográfico tradicional, caso desejemos emprega-lo; por outro lado, acarreta não só na abertura da disciplina a todo um mundo de forma que podem injeta-la com um renomado *animus* político, ético e estético, mas em sua transformação democrática.⁴⁷

Dito de outra forma, é através da renúncia definitiva da ilusão da imparcialidade e neutralidade na escritura da história que além de evidenciar e tornar mais transparentes as escolhas metodológicas e teóricas – que sempre serão escolhas políticas –, permite aos historiadores e historiadoras a nitidez de como suas escolhas éticas e estéticas promovem narrativas que produzem sentidos e significados que contribuem não só para a transformação de sua disciplina como da própria sociedade.

Considerações finais

Neste artigo, busquei problematizar a operação historiográfica no contexto em que as narrativas jornalísticas tomaram o “monopólio da história” – nas palavras de Pierre Nora – e passaram a produzir “narrativas historicizantes”, atribuindo sentidos e significados a certos eventos e monumentalizando os fatos noticiados, a partir do que Sônia Meneses denomina de “operação midiográfica”. Ao propor um diálogo com diversos autores que investigam o discurso jornalístico e a elaboração de suas narrativas, procurei discutir as estratégias metodológicas que podem auxiliar

46 Dosse, “História do tempo presente e historiografia”, p. 19.

47 Ávila, “O que significa indisciplinar a história?”, p. 44.

historiadores e historiadoras em suas pesquisas, no intuito de desnaturalizar a construção discursiva do jornalismo como representante e fiscalizador do interesse público. Esse olhar para as fontes/objetos historiciza a atuação dos jornais e revela o ator político que busca construir percepções da realidade e consensos sobre o mundo social.

Contudo, argumentei que para atingir esses objetivos de pesquisa é preciso que o historiador renuncie ao argumento de autoridade e domínio sobre a confecção de narrativas históricas. As metodologias da História do Tempo Presente nos auxiliam a reposicionar a operação historiográfica repensando nossa relação com as diversas temporalidades e reintegrando o nosso tempo ao campo de atuação da história disciplinar. Nesse processo de ressignificação da nossa relação com o tempo, as pesquisas sobre jornalismo, principalmente no estudo sobre a atuação dos jornais no tempo presente, ganham outra relevância e atendem a uma demanda social que é pedida dos historiadores em nosso contexto.

Desvelar a atuação dos jornais como sujeitos históricos que pretendem apagar ou escamotear a sua mediação no momento em que estão em andamento faz com que os pesquisadores possam ser vistos como inconvenientes em relação aos posicionamentos editoriais e narrativas noticiosas engendradas em suas páginas. Haja vista a reação do jornal *O Estado de S. Paulo* aos historiadores que produziam estudos sobre um dos eventos marcantes dos últimos anos da política nacional, o impeachment de Dilma Rousseff, narrado como uma orquestração antidemocrática – inclusive fomentada pelas próprias empresas jornalísticas. Nessa operação historiográfica sobre o tempo presente – e especialmente sobre o jornalismo – é importante renunciar aos argumentos de autoridade disciplinar e de objetividade histórica, uma vez que já discutimos que as escolhas teóricas e metodológicas são em si escolhas políticas.

A historiadora Silvia Hunold Lara, em resposta ao editorial do *Estadão* – que receitava aos profissionais da história limitarem-se a olhar somente para o passado – propõe a seguinte reflexão:

O que na manifestação dos “Historiadores pela Democracia”, teria incomodado tanto [...]? A pista está nos títulos. O lugar que todos nós ocupamos na história não está nas mãos dos historiadores, nem terão esses profissionais uma só verdade sobre ela, como já expliquei. Como são partidários de uma história unívoca e “verdadeira”, temem que a narrativa histórica não lhes faça justiça. Historiadores do presente e do futuro certamente lerão os documentos produzidos ao longo desse processo e poderão mostrar, com base neles, as forças atuantes, seus protagonistas, os vencedores e vencidos, e aqueles que ficaram em cima do muro. Todos nós temos um lugar – aqueles que lutaram pela pluralidade e pela diversidade poderão estar juntos, mesmo sendo diferentes. O nome disso é democracia.⁴⁸

Ao explicitar as suas escolhas éticas e políticas, bem como ao renunciar a ideia de “história unívoca e verdadeira”, a historiadora responde às críticas do jornal deixando evidente a importância de uma produção historiográfica comprometida com a transformação democrática não só da

48 Silvia Hunold Lara, “O ofício do historiador e os formadores de quadrilha”, in: Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian, *Historiadores pela Democracia: O golpe de 2016 e a força do passado*, São Paulo, Alameda, 2016, p. 228.

história disciplinar, mas também da sociedade. A construção de narrativas históricas que “devolvam a radicalidade que precisamos para sobreviver” e que “libertem nossas imaginações”⁴⁹ – utilizando aqui as palavras inspiradoras do historiador Arthur Ávila – são imprescindíveis para este tempo histórico. Tempo este marcado por um presente ampliado, um lugar de profunda produção e busca de sentido. Momento significativo para a construção, através do trabalho de historiadores e historiadoras, de uma disciplina relevante e engajada com defesa da pluralidade e da diversidade democrática.

49 Ávila, “O que significa indisciplinar a história?”, p. 45-46.